

Com boas investigações e acusações, há resultados

FACE OCULTA Vice-presidente da Transparência e Integridade diz que “segredo” do caso foi boa articulação entre PJ e MP

As penas duras aplicadas no processo Face Oculta não foram uma surpresa para Paulo Morais, vice-presidente da secção portuguesa da Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC). Em declarações ao DN, o professor universitário salientou que, “ao contrário do que aconteceu noutros casos”, os arguidos do Face Oculta chegaram a julgamento com uma “investigação bem conduzida e uma acusação do Ministério Público adequada”.

“A TIAC não quer condenações a todo custo. O que defendemos é investigações bem feitas e boas acusações. Depois, os arguidos defendem-se em tribunal”, realçou Paulo Morais, considerando, porém, não ser possível retirar do resultado do julgamento do processo Face Oculta uma ilação para o futuro. “Os próprios arguidos sabem que o jogo apenas chegou ao intervalo. Agora há a fase de recursos, que pode demorar muitos anos até ficar ultrapassada, como já se viu em casos que correram nos tribunais”, explicou o vice-presidente da TIAC.

Refira-se que, segundo a lei, apenas Manuel Godinho pode, caso o Tribunal da Relação do Porto con-

firme a pena de 17 anos a que foi condenado em Aveiro, recorrer para o Supremo Tribunal de Justiça. Os restantes dez arguidos condenados a penas de prisão efetiva, como Armando Vara, José e Paulo Penedos, apenas poderão recorrer da matéria de facto para a Relação do Porto e levantar questões constitucionais para o Constitucional.

Teste de stress à justiça

“A perceção pública é que, com as condenações, foi feita justiça no Face Oculta. Resta saber qual será o desfecho de outros processos relacionados com criminalidade económica que estão em julgamento ou ainda em investigação”. Esta é a opinião de João Paulo Dias, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, considerando como prematura qualquer análise no sentido de que os tribunais estão mais severos. “Nos outros processos, o resultado será semelhante?”, interroga-se o investigador, considerando que os próximos tempos serão uma espécie de “teste de stress” à justiça. “O Face Oculta teve condições que outros não tiveram: a investigação correu mais distante dos centros de decisão, houve capacidade para montar uma equipa e, como tudo se passou longe de Lisboa, também não houve muita pressão mediática, à exceção das primeiras detenções”, disse o sociólogo. C.R.L.